FIOCRUZ

súmula 36

radis
REUNIÃO, ANÁLISE E DIFUSÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE SAÚDE

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ — MANGUINHOS

ANO VIII • NOVEMBRO • 1990

O BRASIL DESIGUAL

No mapa-múndi da pobreza o Brasil desponta como campeão. A afirmação é do Banco Mundial (Bird), que em relatório divulgado em Recife diz que em matéria de má distribuição de renda em todo o mundo, o Brasil só perde para Serra Leoa — paupérrimo país africano — e para Honduras — pequena e também pobre república da América Central. O relatório é curto e grosso quando conclui que "no Brasil, a renda é distribuída de maneira altamente desigual". Estão à frente do Brasil o Nepal, a Malásia, a Tailândia, Trinidad-Tobago, Sri Lanka, El Salvador e até a tristemente conhecida Bangladesh, que ostenta 18 pontos de vantagem — segundo o coeficiente elaborado pelo Bird — como um País mais equilibrado socialmente que o nosso.

Enquanto, ainda segundo o Bird, "em boa parte do mundo a década de 80 serviu para consideráveis avanços na solução das desigualdades sociais", o Brasil se atolou ainda mais na pobreza. Enquanto a Ásia Oriental reduziu de forma apreciável a miséria de seus povos, com um crescimento econômico de 8,4% ao ano, no Brasil o número de miseráveis cresceu de 23,1 milhões para 33,2 milhões de pessoas, isto é, cresceu nada menos que 43,48%.

Sem saúde, sem educação, onde 20% dos chefes de família são mulheres desassistidas e 23% da população que trabalha ganha menos de um quarto do salário mínimo, as escandalosas distâncias entre os mais ricos e os mais pobres que vivem entre o Oiapoque e o Chuí levaram o Bird a comparálas às que separam os marajás da ralé faminta na Índia.

Para o Bird, os gastos sociais são "a área na qual as políticas do governo fracassaram mais rotundamente" nos últimos anos. O relatório diz que saneamento básico no Brasil é privilégio determinado pelo nível de renda de cada cidadão e que só metade dos brasileiros dispõe de serviços de abastecimento de água e esgotos considerados adequados.

Segundo Michael Michaely, economista-chefe do Departamento do Brasil do Banco Mundial, a política de subsídios implementada na última década foi um fracasso:

— Os subsídios criados nos países pobres são presumivelmente voltados para a população de baixa renda, mas no Brasil eles terminaram sempre sendo herdados pelos ricos, concluiu.

A cada três minutos morrem dois bebês

Antes de você terminar de ler esta matéria, mais um bebê terá morrido no Brasil. Vítimas mais indefesas da injusta distribuição de renda do País, a cada três minutos morrem duas crianças brasileiras menores de 1 ano de idade, uma delas no Nordeste. A desnutrição atinge 21,8% das crianças de até cinco meses de idade, sendo 6% em estado crítico. O diagnóstico foi feito pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (Inam), do Ministério da Saúde, e serviu de base à implementação do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan), que acompanhará continuamente a situação de desnutrição do País.

Coordenadora pelo Inan no grupo responsável pelo diagnóstico (também composto por representantes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Instituto de Planejamento Econômico e Social), a enfermeira sanitarista Marília Mendonça acrescentou que o trabalho aponta entre as cinco milhões de crianças brasileiras menores de cinco anos uma prevalência de 30% de

desnutrição, sendo que a situação mais grave se situa no Nordeste rural (com 53% de prevalência) e a menor na região Sul (17%).

Outros dados a serem levados em consideração pelo Sisvan dão conta de que a diarréia ainda é a primeira causa dos óbitos infantis, seguida das infecções respiratórias e da desnutrição. Entretanto, segundo o epidemiologista Roberto Beckert, do Centro Nacional de Epidemiologia da Fundação Nacional de Saúde, a desnutrição provavelmente está relacionada como causa básica dos dois primeiros casos, chegando a uma taxa global, considerando este aspecto, em torno de 50% do total de óbitos até um ano de idade.

FIOCRUZ

PRIORIDADE PARA A PESQUISA

O Ministério da Saúde anunciou que a Fiocruz deverá receber US$ 2,2 bilhões até o final deste governo, com um repasse maior de verbas nos dois primeiros anos.

Segundo o presidente da Fiocruz, Hermann Schatzmayr, 30% do orçamento de 1991 — estimado em US$ 480 milhões — será destinado a pesquisas, com prioridade para a biologia molecular (estudo de protozoários, mal de Chagas, malária e leichmaniose) e a virologia (vírus respiratórios, pólio e hepatites virais), além do aprofundamento de estudos sobre a dengue.

Schatzmayr revela, porém, que está preocupado com o risco da instituição perder cerca de 600 pesquisadores e médicos contratados através de convênios com o CNPq e a Finep, para trabalhar em importantes projetos e mais de 60 teses científicas. No próximo ano, termina o prazo da contratação desse pessoal e a legislação atual não permite a prorrogação dos contratos.

QUÍMICA FINA

UNINDO INDÚSTRIAS E UNIVERSIDADES

Para tirar o Brasil do atraso no setor de química fina, o governo federal pretende, através de seu programa de capacitação tecnológica, elevar os financiamentos em pesquisas de US$ 20 milhões anuais para US$ 300 milhões em 1994. Na Espanha, por exemplo, os investimentos chegam a US$ 400 milhões/ano. A informação é da chefe dos serviços tecnológicos da Secretaria de Ciência e Tecnologia da Presidência da República, Marta Nóbrega Martinez. Governo e empresários estão interesados em que parte dos investimentos sejam aplicados em projetos de centros tecnológicos para pesquisa em química fina como o Codetec, que funciona em Campinas com recursos de apoio em infra-estrutura fornecidos pelo governo federal e sob gestão da Unicamp.

SÃO PAULO

INSTITUTOS TERÃO MAIS AUTONOMIA

A Assembléia Legislativa de São Paulo deverá votar, até o final do ano, quatro projetos de lei complementares à Lei Orgânica encaminhados pelo Governo do Estado, que concedem relativa autonomia e fortalecem os 16 institutos de pesquisa vinculados à administração direta estadual.

A proposta torna eletivos os cargo de diretores dos institutos, com mandatos renováveis de três anos, através de lista tríplice aprovada pelo Conselho das Instituições de Pesquisa do Estado de São Paulo (Consip) e escolha final dos titulares das secretarias a que se subordinam os institutos.

Os demais documentos permitem o ingresso em nível superior na carreira de pesquisador científico e criam carreiras para assistentes de nível superior e auxiliar técnico de apoio à pesquisa. "O ingresso em estágios mais avançados era o que muitos brasileiros estavam esperando para voltar ao País", avalia Alba Lavres, vice-Diretora do Instituto Butantan.

ENTREVISTA
Eunice Durham e Carlos Vogt

"DESAFIO É JUNTAR PESQUISA E A DEMANDA INDUSTRIAL"

"O projeto de modernização econômica do governo não pode prescindir das universidades. Mas é preciso mudar a visão do passado, na qual qualquer relação com o setor produtivo constituía uma conspurcação dos ideais universitários". É este o pensamento de Eunice Ribeiro Durham, Coordenadora de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), para quem o equilíbrio entre o papel de colaboração, de crítica e de complementação em relação às empresas é "o cerne de uma política responsável, por parte das universidades em relação ao setor produtivo".

Na opinião de Carlos Vogt, reitor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a cautela de grande parte da academia frente ao programa de capacitação tecnológica do governo não é gratuita. "Ao se inverter o caminho do investimento tecnológico, fazendo-o passar antes pelas empresas, a dinâmica da pesquisa universitária será fortemente afetada pela demanda industrial".

Por outro lado, o reitor da Unicamp ressalta que sempre se cobrou dentro das universidades, um projeto de desenvolvimento que as incluíssem. Para fazer frente à parceria industrial, as universidades terão que demonstrar "maturidade científica e intelectual, capacidade acadêmica, infra-estrutura tecnológica e, mais do que tudo, solidez institucional", conclui.

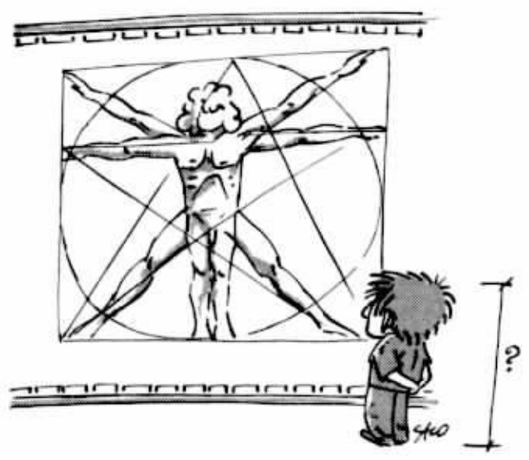
radis
REUNIÃO, ANÁLISE E DIFUSÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE SAÚDE
súmula

SÚMULA é um órgão oficial da Fundação Oswaldo Cruz editado pelo Programa RADIS — Reunião, Análise e Difusão de Informação sobre Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp).
Presidente da Fiocruz: Dr. Hermann Schatzmayr; **Diretor da Ensp:** Paulo Marchiori Buss; **Coordenador do RADIS:** Ary Carvalho de Miranda; **Jornalista Responsável pela Edição:** Álvaro Nascimento; **Jornalistas Redatores:** Álvaro Nascimento, Rogério Lannes e Jane Paiva; **Jornalista Ilustrador:** Carlos Xavier (Caco); **Secretária:** Jandira Vilhena; **Aux. Administrativo:** Marisa Aguiar e Marco Antonio Aguiar.
Tiragem: 40 mil exemplares; **Periodicidade:** Mensal; **Distribuição:** Direta, via correio. **Assinatura:** Grátis, em conjunto com TEMA, DADOS e PROPOSTA — Jornal da Reforma Sanitária.
PROGRAMA RADIS: Av. Brasil, 4036 — salas 509/511/513/515 — CEP 21.040 — Manguinhos — Rio de Janeiro (RJ) — Tel.: (021) 260-7979.
SÚMULA é uma publicação destinada a oferecer um resumo comentado das principais notícias veiculadas na imprensa nacional. As fontes nas quais se baseia são os jornais **O Globo, Jornal do Brasil, Última Hora, Tribuna da Imprensa, O Dia, Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Gazeta Mercantil, além das revistas Veja, Isto é/Senhor e Ciência Hoje.**

NANISMO

MISÉRIA AUMENTA O CONTRASTE

O Governo Federal vai investir, nos próximos cinco anos, US$ 1 bilhão em um programa de nutrição que atingirá 11% das crianças brasileiras. O anúncio foi feito pelo Ministro da Saúde, Alceni Guerra, explicando que o projeto beneficiará as crianças que estejam clinicamente desnutridas, cerca de 500 mil em todo o País. A decisão governamental foi divulgada pelo ministro juntamente com os resultados de uma pesquisa inédita do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (Inan), segundo a qual um em cada quatro brasileiros, entre 20 e 25 anos, tem nanismo — altura anormalmente baixa: menos de 1,63 metros para



os homens e menos de 1,51 metro para as mulheres.

Intitulada Perfil de Crescimento da População Brasileira até 25 anos, a pesquisa revela que aos 18 anos, no final de seu crescimento, a altura média da mulher brasileira corresponde à de meninas norte-americanas de 12 anos, enquanto a altura mediana do homem brasileiro corresponde à de um menino de 15 anos, ainda em fase de crescimento. Mostra também a interferência das diferenças sócio-econômicas no desenvolvimento biológico: no Norte e Nordeste um terço da população sofre de nanismo. Os meninos de 14 anos, por exemplo, têm 15 centímetros a menos de altura que os meninos americanos da mesma idade, enquanto a diferença para os nascidos na região Sul do nosso País, em relação ao norte-americano, cai para seis centímetros.

Ao mesmo tempo em que registra uma melhora insuficiente ao comparar a altura das crianças do país nos últimos 15 anos, os estudos revelam que a baixa estatura dos brasileiros está diretamente relacionada com a pobreza. "A cada queda na renda disponível encontramos um ajuste imediato com a piora do desempenho biológico", acentua a pesquisa.

CRIANÇA

NOVOS DIREITOS JÁ COLOCADOS NO PAPEL

Mais de 58 milhões de brasileiros com menos de 18 anos de idade contam agora com direitos especiais, assegurados no Estatuto da Criança e do Adolescente, que passou a vigorar em outubro último. A tortura contra a criança ou o adolescente pode ser punida com até 30 anos de prisão e eles passaram a ter direito a contar com advogado nas questões judiciais, podendo recorrer à polícia e à Justiça no caso de serem violentados ou agredidos por seus pais.

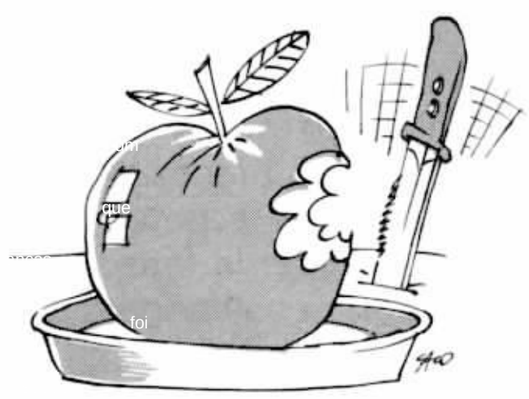
Pelo Estatuto, crianças e adolescentes passaram a ter direito de serem ouvidos no processo de separação dos pais, não podem trabalhar antes dos 14 anos de idade e até os 18 anos não podem ser acusados de crime ou infração.

Estabelecendo uma série de mecanismos que visam barrar o aumento da violência contra as crianças e adolescentes — que cresce a taxa de 157% ao ano, segundo dados do IBGE —, o estatuto também garante aos jovens o direito de contestar o sistema de avaliação das escolas, prevê processo para a professora que bater nos alunos e estabelece a obrigatoriedade do Estado de oferecer vaga na escola mais próxima da residência do aluno.

DESNUTRIÇÃO I

53 MILHÕES PASSAM FOME NO BRASIL

Cerca de 53 milhões de brasileiros — ou seja, mais de 40% da população — vivem sobre um regime de fome. Este dado consta de documento da FAO (órgão da Organização das Nações Unidas/ONU, que estuda as áreas de alimentação e agricultura), segundo o qual 31% das crianças menores de cinco anos são desnutridas, sendo que a taxa de desnutrição fica em 41% na área rural e 25,7% na urbana. De acordo com a mesma fonte, o índice de desnutrição no Nordeste corresponde ao dobro das outras regiões do país; nos últimos 10 anos os programas federais de alimentação atenderam a menos de 0,2% da população e, em 1985, 11 milhões de famílias tinham **renda anual** entre US$ 150 e US$ 300 dólares (em torno de Cr$ 15 mil e Cr$ 30 mil). Ainda com base no relatório, verificou-se que 47,26% dos paulistanos vivem em favelas ou cortiços.



O documento foi apresentado no seminário **Fome o desafio dos anos 90**, realizado em São Paulo, revelando que, no Brasil, cerca de 61% da mortalidade infantil, em 1986, foram causadas pela desnutrição. Num quadro mais abrangente, a FAO estima que a pobreza — "um dos mais graves problemas do mundo" — atinge 183 milhões de sul americanos, sendo que 88 milhões deles sobrevivem "abaixo do limite de indigência". Aponta também que, em todo mundo, de 13 milhões a 18 milhões das mortes ocorridas a cada ano podem ser conseqüência direta da Fome.

DESNUTRIÇÃO II

FIOCRUZ PREPARA PROGRAMA PARA O RIO

Visando o acompanhamento sistemático do estado nutricional das crianças fluminenses, o Rio de Janeiro poderá ter um programa específico destinado a esta área. A iniciativa foi definida com base nos resultados da experiência-piloto desenvolvida conjuntamente pela Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Secretaria Estadual de Saúde. Investigando a situação nutricional de 1.895 crianças de até cinco anos de idade, que durante dois dias freqüentaram 12 postos de saúde de quatro municípios da Baixada Fluminense, os pesquisadores constataram a existência de uma desnutrição crônica, que é contínua e que marca a criança durante toda a infância, fazendo-a crescer menos e colocando sua vida em risco caso contraia uma infecção mais grave, ou até mesmo um resfriado. De cada grupo de 100 crianças pesquisadas, 21 estavam desnutridas.

MORTE NA SELVA

IANOMAMIS CONTINUAM MORRENDO

De janeiro a agosto deste ano, 50 índios ianomami morreram de malária, coqueluche e desnutrição, segundo relatório da Delegacia Regional da Funai em Boa Vista (RR). Na Casa do Índio, uma espécie de "hospital de quarentena", localizado a 10km do centro de Boa Vista, outros 32 índios estão internados com malária e tuberculose. "É assustador o número de mortos", declara João Nicolli Soares, administrador da Delegacia. "A retirada de garimpeiros não afastou a ameaça às comunidades indígenas". Segundo ele, a Funai de Roraima atende apenas os casos mais graves e não tem recursos nem veículos para chegar a todas as regiões.

AIDS I

MINISTÉRIO DISTRIBUI AZT NA REDE PÚBLICA

O Ministério da Saúde anunciou que vai destinar US$ 130 milhões para a compra de drogas contra infecções oportunistas da AIDS, como Ganciclovir e Pentamidina, além de medicamentos mais simples, como Bactrim. Só com a importação de AZT, que pela primeira vez será distribuído à rede pública, o governo consumirá metade desta verba. Uma dose de 600 miligramas da droga, que é administrada diariamente, custa 8 dólares. "Daremos o AZT só para quem tiver a síndrome comprovada", advertiu o Ministro Alceni Guerra.

Segundo dados da Divisão Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS, o número acumulado de portadores do vírus HIV no Brasil chegava a 13 mil em fins de setembro, 50% dos quais já falecidos. ▶

ENTREVISTA

Álvaro Matida

DECISÃO BENEFICIA O DOENTE E A PRÓPRIA REDE

Embora lamente o atraso com que chega a decisão ministerial de assumir a compra e distribuição na rede pública dos medicamentos mais caros e importados para o tratamento da AIDS, o coordenador do Programa de Doenças Infecto-Contagiosas da Secretaria de Saúde e Higiene do Estado do Rio de Janeiro, Álvaro Matida, considera que este pode ser o início da implantação de uma política adequada. "Isto é o mínimo que o setor público já deveria estar fazendo", afirma.

"O custo dos medicamentos é alto", acrescenta. "Só no Estado do Rio estão sendo gastos cerca de Cr$ 370 milhões anualmente para o tratamento de mil pacientes com os medicamentos básicos para infecções oportunistas. Mas o gasto com as internações é ainda maior."

Matida argumenta que, além de possibilitar melhor qualidade de vida aos indivíduos afetados pela doença, a medida minimiza o grave problema do déficit de leitos. "O fornecimento dos medicamentos adequados nos ambulatórios evita internações desnecessárias, reduz o tempo de ocupação dos leitos — a média de uma internação para o tratamento das infecções oportunistas no Rio é de 30 dias — e ainda permite a prevenção de várias infecções", conclui.

AIDS II

FALTAM LEITOS NOS HOSPITAIS DO RIO

Cerca de 200 aidéticos necessitando de internação urgente perambulam hoje pelos hospitais do Rio de Janeiro, sem a menor condição de serem atendidos. Segundo a Central de Internação de Aidéticos, serviço da Secretaria de Saúde do Estado, entre os 270 hospitais contratados e conveniados pelo Inamps (64 filantrópicos, 15 universitários e 191 privados), só 18 possuem leitos para aidéticos.

Na opinião do coordenador do Programa de Doenças Infecto-Contagiosas da Secretaria de Saúde, Álvaro Matida, uma das medidas necessárias seria a ampliação desse tipo de atendimento na rede federal do Inamps, reduzindo a demanda sobre os demais hospitais. Segundo ele, grandes hospitais como o do Andaraí, de Bonsucesso e da Lagoa não têm um único leito para aidéticos, e estariam aptos a adquiri-los.

AIDS III

INFECTADOS NO MUNDO JÁ SÃO 288 MIL

A Organização Mundial de Saúde (OMS) recebeu, em setembro, a notificação de 5.327 novos casos de AIDS em todo o mundo, elevando o total de casos já registrados nos últimos 10 anos para 288.337. Segundo a OMS, não foram relatados em setembro novos casos nos países mais afetados pela incidência da doença no leste da África — Zâmbia, Quênia, Uganda e Tanzânia. A estimativa da entidade para este total de casos acumulados, considerando o alto índice de casos não notificados, chega a 800 mil.

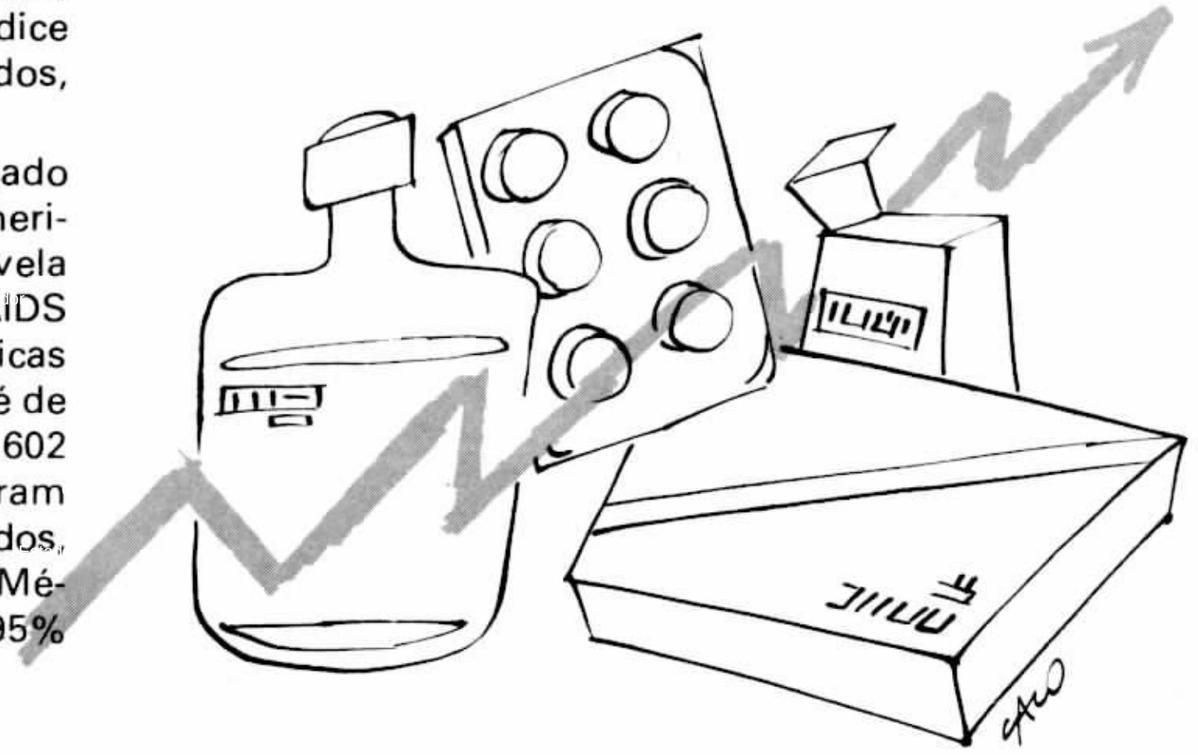
Um relatório divulgado pela Organização Panamericana de Saúde (Opas) revela que o total de casos de AIDS registrados nas Américas até setembro deste ano é de 173.933, sendo que 101.602 dessas pessoas acabaram morrendo. Estados Unidos, Brasil, Canadá, Haiti e México reúnem mais de 95% dos casos.

MEDICAMENTOS

LIBERAÇÃO ELEVA PREÇOS EM ATÉ 181%

A liberação gradual de preços dos medicamentos, praticada pelo governo desde agosto, trouxe aumentos de até 181% aos produtos. Em média, os preços farmacêuticos têm subido 40% ao mês, desde a liberação. "Os preços tabelados estavam achatados e agora a indústria farmacêutica vem trabalhando com aumentos escalonados", justifica Omilton Visconde, presidente do Sindicato das Indústrias de Produtos Farmacêuticos do Estado de São Paulo.

Apesar dos sucessivos aumentos, quem precisa de medicamentos ainda vem encontrando dificuldade de encontrar vários produtos, pois os fabricantes haviam suspenso a produção de remédios mais baratos, alegando inviabilidade de custos para a importação de matéria-prima ou embalagens.



DESCENTRALIZAÇÃO

SUS CHEGA AO RIO EM DEZEMBRO

Após aprovação do Ministro da Saúde, Alceni Guerra, o plano que introduz o SUS (Sistema Único de Saúde), no Rio de Janeiro deverá começar a vigorar em 15 de dezembro. Pelo menos foi esta a data fixada pela Gerência de Planejamento da Presidência do Inamps para que sua Coordenadoria do Rio efetive a cessão de suas unidades para as Secretarias estadual e municipal de Saúde.

Na concepção do SUS, toda a rede básica é do Município, responsável também pelos hospitais gerais, de emergência e unidades mistas. Ao Estado cabe administrar as unidades especializadas que funcionem como referência para o tratamento da população de todos os municípios. Contudo, ainda existem divergências na definição do perfil de atendimento das unidades. Por isso, as que ainda são alvo de disputas não deverão ser repassadas a princípio.

SERVIDORES

PAGAMENTO DE ACORDO COM PRODUTIVIDADE

O Ministério da Saúde está preparando o projeto Qualidade em Saúde, a ser desenvolvido em 1991, segundo o qual médicos, atendentes, enfermeiros e até vigilantes que trabalham em unidades de saúde vão passar a receber salários de acordo com a qualidade do serviço que prestam à população. A proposta do Ministro Alceni Guerra foi acolhida com entusiasmo pelo Presidente Fernando Collor de Mello, para quem "esta será a garantia de um serviço eficiente à população".

Ao mesmo tempo, a Federação Brasileira de Hospitais está defendendo a cobrança da taxa extra para atender os segurados da Previdência que ganhem acima de seis salários mínimos, porque, segundo seu presidente, Carlos Eduardo Ferreira, "os pequenos hospitais não têm como funcionar com a diária paga pelo Governo — Cr$ 302,00 desde junho".

ENTREVISTA
José Gomes Temporão

CRITÉRIO DE QUALIDADE DEVE SER DEFINIDO VIA PARTICIPAÇÃO POPULAR NO SISTEMA

— A idéia de se criar um adicional salarial relacionado à qualidade do serviço prestado à população não é má. Difícil seria, em primeiro lugar, definir o que se entende por qualidade, pois não se pode imaginar uma definição que passe pela produtividade. Isto, certamente, criaria várias distorções, que poderiam implicar em falsa produção e desrespeito à normas éticas e administrativas.

A opinião é de José Gomes Temporão, vice-diretor de Cooperação Técnica e Serviços da Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp), da Fiocruz, para quem, "somente através dos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde, com efetiva participação de representantes da população, seria possível estabelecer critérios de qualidade dos serviços de saúde, considerando, entre outros fatores, taxas de infecção hospitalar e de mortalidade, tipo e nível de cobertura do atendimento e diminuição de índices de determinadas doenças", observou, acrescentando que o Ministério da Saúde poderia criar um comitê de especialistas, organizar seminários e encontros para amadurecer a proposta.

Sobre a tentativa da Federação Brasileira dos Hospitais no sentido de cobrar taxa extra para os segurados da Previdência que ganhem acima de seis salários mínimos, Temporão foi taxativo:

— É um absurdo e fere a Constituição. Mas não é novidade essa tentativa do setor privado. Ao contrário disso, penso que, os Conselhos de Saúde, sempre com participação popular, também deveriam fazer uma avaliação permanente da atuação da rede conveniada, descredenciando ou estabelecendo critérios de remuneração mais adequada, conforme a qualidade do serviço prestado.

DESCENTRALIZAÇÃO

ENTREVISTA

Maria Manuela Alves dos Santos

MUNICIPALIZAÇÃO SÓ SERÁ REALIDADE QUANDO A POPULAÇÃO FOR ATENDIDA SEM BUROCRACIA

— A efetiva implantação do SUS (Sistema Único de Saúde), no Estado do Rio de Janeiro depende, entre outras iniciativas, da liberação de recursos da ordem de US$ 420 milhões, em três anos, que corresponde a um gasto de US$ 10 por cada habitante do território fluminense. Quem afirma é a Secretária Estadual de Saúde e Higiene, Maria Manuela Alves dos Santos, que aguarda "um posicionamento oficial do presidente do Inamps, Ricardo Ackel, sobre o documento que lhe foi entregue contendo uma proposta completa de trabalho para a municipalização de todo o sistema".

Observando que a municipalização só será realidade quando a população estiver sendo adequadamente atendida — sem qualquer burocracia —, em unidades próximas às suas residências, Maria Manuela explicou que a Secretaria Estadual, além de constituir-se no órgão coordenador do SUS/RJ deverá ficar com as unidades especializadas, que funcionarão como institutos de assistência, docência e investigação em saúde.

UMA NOVIDADE

ESTADO COBRA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A partir de agora os hospitais do Estado do Rio de Janeiro passarão a cobrar das empresas privadas de assistência médica os serviços prestados a seus segurados nas unidades públicas de saúde. A autorização foi concedida pela Lei n.º 1.701, sancionada pelo Governador Moreira Franco, que chegou a surpreender a própria Secretária Estadual de Saúde, Maria Manuela dos Santos, embora a idéia de um projeto de lei regulamentando tal cobrança tenha surgido na própria secretaria.

É que a secretaria havia proposto um projeto mais restrito, relacionado apenas a pacientes que sofressem acidentes de trânsito e precisassem de atendimento em unidades de pronto-socorro. "Quando se sofre um acidente deste tipo e a vítima é levada a um hospital particular, o seguro obrigatório do carro ressarce as despesas médicas de qualquer natureza, até determinado limite. Quando o acidentado ia para um hospital público, não havia este ressarcimento", explicou o sub-secretário de Saúde, Felipe Cardoso.

VIGILÂNCIA SANITÁRIA

CONSUMIDOR DESCONHECE QUALIDADE DE PRODUTOS

Os consumidores pouco ou nada sabem sobre os produtos que consomem. A culpa é dos fabricantes e da falta de uma legislação específica que obrigue as fábricas a colocarem rótulos completos, especificando os ingredientes, dando informações nutricionais, quais os aditivos usados por extenso (e não por código), o prazo de validade e a data de fabricação. A afirmação é do presidente da Sociedade Brasileira de Ciência e Tecnologia de Alimentos (SBCTA), Luiz Eduardo de Carvalho. "O público precisa saber que são mais confiáveis os produtos fervidos, embalados à vácuo e os enlatados (exceto carnes, salsichas e aqueles cuja lata está amassada)", diz ele, "e que devem ser evitados os que têm conservantes (como o bezóico e o ácido bórico) e adoçantes (sacarina e ciclamato).

ENTREVISTA

Alceni Guerra

"PROJETO QUALIDADE" VAI CRIAR REDE NACIONAL DE CONTROLE

"O rigor no controle de qualidade dos produtos, a partir de agora, passa a ser uma decisão política", tem afirmado o Ministro da Saúde, Alceni Guerra, acrescentando que até hoje faltava uma política de vigilância sanitária ao País. "Temos um meio ambiente absolutamente degradado e há produtos e serviços colocados à disposição dos brasileiros que aviltam a dignidade de qualquer cidadão em qualquer parte do mundo", alerta.

Para mudar o perfil da vigilância sanitária, o governo aplicará cerca de Cr$ 50 milhões nos próximos cinco anos no Projeto Qualidade, que descartará a ênfase até então concedida ao procedimento de registro, considerada pelo Ministro da Saúde "extremamente cartorial", para priorizar a qualidade dos bens e serviços expostos ao consumo e uso da população.

As quatro linhas básicas do projeto são a organização de uma rede nacional de laboratórios coordenada pelo Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS), da Fiocruz (o número de laboratórios credenciados na rede aumentará de 40 para 300); a elaboração de normas, especificações e regulamentos; a montagem de uma estrutura de auditoria de sistemas de qualidade (inspeção); e ações de fiscalização por amostragens preestabelecidas e por atendimento de eventuais denúncias.

COMO ERA VERDE...

DECRETO PROTEGE MATA ATLÂNTICA

Como parte do Programa Nacional do Meio Ambiente, está suspensa por tempo indeterminado, através de Decreto Presidencial, qualquer tipo de exploração da vegetação nativa da Mata Atlântica. A fiscalização da área, que hoje só preserva 8,6% de sua área original, ficará a cargo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) que poderá embargar ou cancelar projetos existentes na região, ou obrigar os responsáveis a fazerem a reposição da área florestal explorada.

Para atuar na região, o Ibama conta com futuros financiamentos do Banco Mundial, num total de US$ 117 milhões, além de outros US$ 49 milhões a serem aplicados pelo governo federal. Parte destes recursos serão repassados através de convênios de fiscalização e conservação aos Estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

ENTREVISTA

João Paulo Capobian

TÉCNICO DEFENDE POLÍTICA GLOBAL DE GOVERNO

O Decreto Presidencial que protege a Mata Atlântica foi considerado "um avanço" pelo biólogo João Paulo Capobian, diretor de educação e política de meio-ambiente da organização não-governamental SOS Mata Atlântica. "Mas, para resolver um problema não basta anunciar as soluções", acrescenta. "O importante é a efetivação dos programas e que a sociedade civil seja chamada a discutir e participar também".

João Paulo considera necessária a compra de equipamentos e contratação de pessoal para fiscalização, mas lembra que "o maior entrave" à preservação das reservas é a questão fundiária e que os recursos anunciados pelo IBAMA não podem ser utilizados para desapropriação e indenização. "Não adianta haver legislação ou uma fiscalização fortalecida, se o governo federal e os estaduais continuarem planejando barragens, rodovias e obras em geral nas reservas remanescentes do País. A preservação tem que ser uma política do governo como um todo".

DENGUE

FIOCRUZ REFORÇA COMBATE À DOENÇA

Visando evitar uma nova epidemia de dengue, principalmente durante o verão, e o aparecimento de sua forma mais grave, a hemorrágica, várias iniciativas estão sendo tomadas. O Secretário Executivo do Ministério da Saúde, Luiz Romero, e o presidente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Hermann Schatzmayr, assinaram convênio de Cr$ 104 milhões para reforçar a manutenção da Rede Nacional de Laboratórios de Diagnóstico da dengue.

No Rio, a Comissão Estadual de Combate a Dengue, integrada pelas secretarias de Saúde, de Meio Ambiente e outros órgãos, definiu 10 municípios prioritários no combate ao mosquito **Aedes aegypti** e **Aedes albopictus**.

CÂNCER INFANTIL

PAIS FUMANTES AUMENTAM O RISCO

Pais fumantes dobram o risco de câncer de pulmão nas crianças. Este é, em síntese, o resultado do estudo coordenado pelo epidemiologista Dwight T. Janerich, da Universidade de Yale (EUA), que envolveu pesquisadores de sete instituições. Publicado no New England Journal of Medicine, a pesquisa concluiu que um em cada cinco casos de câncer de pulmão em não-fumantes parece ser causado por longa exposição à fumaça em casa, durante a infância. Quando o casal fuma regularmente, seus filhos têm o dobro do risco de desenvolver a doença na vida adulta.

AMAZÔNIA

COLONIZAÇÃO TRAZ NOVAS ENDEMIAS

O desmatamento e as migrações desordenadas de colonos de outras regiões poderão tornar a doença de Chagas e a esquistossomose endêmicas também na Amazônia. Estudos feitos por cientistas da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) confirmam a presença na região de caramujos e barbeiros infectados pelos parasitos dessas doenças. Tradicionalmente, as espécies de barbeiro (transmissor da doença de Chagas) existentes na Amazônia são silvestres e sugam o sangue de outros animais para sobreviver. Com o desmatamento — atraídos pela luz elétrica e de lampiões — eles passam a atacar o homem, acentuam os pesquisadores.

SAÚDE BUCAL

METADE DA POPULAÇÃO É DESDENTADA

Cerca de 50% da população brasileira são desdentados (possuem poucos ou nenhum dente) e 45% nunca foram a um dentista. Resultado da falta de assistência odontológica, falta de higiene e de um dos mais altos índices de consumo de açúcar do mundo — 45 kg/ano por pessoa —, o País conta com 1,5 bilhão de dentes cariados. Segundo dados da Associação Brasileira de Odontologia, que vem desenvolvendo várias campanhas em defesa da saúde bucal, nos países escandinavos e na China, que apresentam baixos índices de cárie, o consumo de açúcar é de, respectivamente, 3 e 5 kg/ano por pessoa.

ENTREVISTA

Wagner dos Santos Figueiredo

DENGUE HEMORRÁGICO JÁ MATOU TRÊS PESSOAS NO RIO

Três pessoas já morreram este ano em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, vítimas de dengue hemorrágico, que teve um total de 17 casos notificados. A informação é do epidemiologista Wagner dos Santos Figueiredo, representante da Secretaria Estadual de Saúde e Higiene na Comissão Estadual de Combate à Dengue. Segundo ele, visando evitar uma nova epidemia da doença, a exemplo das ocorridas em 86 e 87, uma série de iniciativas estão sendo tomadas, entre estas o combate sistemático aos mosquitos **Aedes aegypti** e **Aedes albopictus** (vetores da doença) em 10 municípios prioritários: Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Caxias, Nilópolis, Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Itaguai e Paracambi, que abrigam 70% da população fluminense.

Wagner dos Santos Figueiredo revelou que até o dia 10 de outubro 9.429 casos de dengue já haviam sido notificados. Destes, 2.264 foram investigados através de exames laboratoriais, sendo confirmados 1.463 casos, 90 deles classificados como dengue do soro tipo 2. Do total de casos, 17 se manifestaram na forma mais grave da doença, a hemorrágica, com registro de três óbitos.

Além do combate aos vetores da dengue, que está sendo feito por um contingente ainda insuficiente de pessoas, segundo a própria Comissão (1.600 soldados e cabos do Exército, 1.200 agentes da extinta Sucam e 1.500 agentes sanitários dos municípios) várias outras iniciativas estão sendo tomadas, uma delas a distribuição de um informe técnico da Secretaria Estadual de Saúde e Higiene aos médicos, objetivando facilitar o diagnóstico da doença, diferenciando-a de outras 10 com sintomas iniciais semelhantes.

Após a descontinuidade do trabalho, que caracterizou os últimos dois anos, por falta da liberação de recursos federais e demissão de agentes da Sucam, entre outros fatores, as discussões sobre a necessidade de uma ação emergencial foram reiniciadas em junho e a campanha foi retomada, efetivamente, em setembro último, mediante convênio entre o Ministério da Saúde e os governos estadual e municipal. Tendo Jair Rosa Duarte, da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, como secretário executivo, foi reativada a Comissão Estadual de Combate a Dengue.

Segundo Wagner dos Santos Figueiredo, a população fluminense vive o risco de uma epidemia de **dengue hemorrágico,** levando em conta a existência de um elevado número de pessoas susceptíveis a uma segunda infecção (mais de 100 mil pessoas já foram infectadas uma vez, considerando os casos notificados de 1986 até outubro passado); além da circulação do sorotipo 2 desde abril, e do alto índice de infestação do **Aedes aegyptis.**

Casos notificados de *dengue* no Estado do Rio de Janeiro:

1986 — 31.861
1987 — 60.000
1988 — 1.192
1989 — 1.112
1990 — 9.429 (até 10/10)

REGISTRO GERAL

ACIDENTES DE TRABALHO NO PAÍS ATINGEM DOIS MILHÕES POR ANO

No Brasil, onde quase dois milhões de trabalhadores se acidentam a cada ano, no campo — principalmente por efeito de agrotóxicos — e nas cidades — onde os acidentes na construção civil representam 25% das estatísticas —, uma das principais causas dos acidentes pode ser a desnutrição. Esta é a conclusão de um levantamento feito pelo Serviço Social da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal (Seconci) sobre a incidência dos acidentes com trabalhadores do setor nos quatro primeiros meses deste ano. A maioria dos acidentes ocorreu meia-hora antes do almoço (40%) ou meia-hora após (52%). Os relatos colhidos pelo Seconci geralmente se referem a "tonteiras", "mal súbito", ou "sentir-se mal" antes de uma queda, desmaio ou descuido.

Para o secretário nacional do Trabalho e Previdência Social, Adolfo Furtado, a redução dos acidentes de trabalho no país depende da conscientização dos empresários quanto à necessidade de ambientes e condições de trabalho mais adequados, o aparelhamento do setor público para a fiscalização e inspeção dos locais de trabalho e fortalecimento das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipas).

GRANDE CARAJÁS CAUSA DESMATAMENTO DE 15 MILHÕES DE HECTARES NO PARÁ

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) está fiscalizando e promete uma radiografia completa da região mais devastada do território nacional por desmatamentos, queimadas e, ainda, pelo lago da hidrelétrica de Tucuruí, no Rio Tocantins, que inundou 246 mil hectares de florestas. No Sul do Pará e Sudoeste do Maranhão, área de influência do Programa Grande Carajás, a "Operação Carajás" do Ibama está levantando a procedência da madeira utilizada nos fornos das usinas siderúrgicas instaladas na região e já constatou que, ao longo da ferrovia Ferro-Carajás — que liga a mina de ferro da Serra de Carajás ao porto de Ponta da Madeira, em São Luís, Maranhão —, já foram desmatados mais de 15 milhões de hectares de floresta nativa.

BRASIL AINDA VENDE REMÉDIOS CONDENADOS

Uma grande quantidade de medicamentos condenados, alguns há mais de 10 anos nos Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha, continuam a ser comercializados livremente no Brasil. Segundo o autor da denúncia, o médico e parlamentar José Elias Murad (PSDB-MG), o uso prolongado de remédios à base de dipirona, como Novalgina, Anador, Baralgin, Dorflex e Buscopan, pode provocar efeitos colaterais como a agranulocitose — diminuição dos glóbulos brancos no sistema imunológico do organismo — além de agravar tendências hemorrágicas.

EM DOIS MESES, 55 MIL FOCOS DE INCÊNDIO NA AMAZÔNIA

Entre 1.º de junho e 23 de agosto deste ano, o satélite americano **Noaa** registrou 55 mil focos de incêndio na floresta amazônica. "Os grandes fazendeiros da Amazônia estão adotando uma nova tática para promoverem desmatamentos e queimadas em suas terras", denuncia Hélio Pereira, coordenador da Operação Amazônia de combate a queimadas do Ibama. "Estão contratando centenas de colonos sem-terra como se fossem posseiros e são esses colonos que estão desmatando e promovendo queimadas na região".

EVENTOS

• **IX Encontro Norte-Nordeste de Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais.** De 3 a 8 de dezembro de 1990, no Bahia Othon Palace Hotel, em Salvador (BA). Organização: Associação Bahiana dos Terapeutas Ocupacionais e Associação dos Fisioterapeutas da Bahia. Maiores informações: Rua Solimões, 280 — Stiep — Tel. (071) 231-4727 — CEP 41.700 — Salvador (BA).

• **XIII Congresso Brasileiro de Odontopediatria e I Congresso Goiano de Odontopediatria**

De 30 de maio a 2 de junho de 1991, no Palácio de Justiça de Goiânia (GO). Organização: Associação Brasileira de Odontopediatria — Regional Goiás. Apoio: Suds-Goiás.

• **IV Congresso Internacional sobre Malária**

De 13 a 17 de agosto de 1991, no Rio de Janeiro (RJ). Organização: Dr. Claudio Tadeu Daniel Ribeiro (Departamento de Imunologia do Instituto Oswaldo Cruz da Fiocruz). Av. Brasil, 4365 — CEP 21.045 — Rio de Janeiro (RJ). Tel.: (021) 280-1486. Fax (021) 280-1589. Telex 21-32445. Promoção: Fundação Oswaldo Cruz.